

A INTEGRAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Resumo

Estudando a diferença entre inclusão, integração, segregação e exclusão, tornaram o artigo completo fundamentando a pesquisa. Percebeu-se a necessidade de se consultar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pesquisando o que a legislação local propõe sobre alunos portadores de deficiência. A lei por sua vez, traz considerações importantes e que devem ser desempenhadas impreterivelmente para que a educação dos excepcionais seja efetiva, desenvolvendo suas habilidades, tornando-os parte integrante do meio social escolar, lembrando-se principalmente no que diz respeito às bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. O tratamento especial mencionado deve funcionar de forma integradora e inclusiva, tomando-se cuidado para que de forma alguma este tratamento segmente ou exclua os alunos portadores de alguma deficiência. O estágio foi de extrema importância para observar como ocorre o repasse de informações de uma segunda professora para um aluno surdo, apoiando-se na língua de sinais.

Palavras - chave: Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Educação dos Excepcionais. Tratamento Especial. Língua de Sinais.

De acordo com o sítio Brainly, inclusão se refere às adaptações feitas pela sociedade/escola/família às necessidades especiais de alguns indivíduos. Integração se refere às adaptações feitas pelos indivíduos para acompanharem a escola. Segregação se refere ao distanciamento forçado, ainda que no mesmo espaço físico escolar, destes indivíduos para com os colegas ditos "normais". E exclusão se refere à separação dos indivíduos com necessidades especiais dos outros "normais". Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN –, Lei nº 4.024, ao fazer referência à educação especial em dois artigos, imprime uma nova tendência a ser adotada pelo sistema oficial de ensino:

Art. 88 - A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89 - Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

Dez anos depois, foi sancionada a Lei Nº 5.692 que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Esta lei manteve os Artigos 88 e 89, e estabeleceu no Artigo 9º:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontra em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

A educação catarinense no que diz respeito ao Art. 88, deixa bem claro que a integração é o foco, ou seja, a adaptação tanto física quanto psicológica

e social é primordial para o desenvolvimento da criança com deficiência. Acredita-se que dentro de uma sala de aula, mesmo com um segundo professor auxiliando, a criança surda-muda, por exemplo, ainda deve propor atividades a fim de incluí-lo e integrá-lo ao meio escolar, pois, a segunda professora somente irá interpretar e repassar o que está sendo exposto na aula.

Referências

R. M, Vinicius. Brainly. 2018. Disponível em: < <https://brainly.com.br/tarefa/15660922>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

BRASIL, Lei 4024, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 dez. 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL, Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Revogada pela Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l5692.htm>. Acesso em: 12 jun. 201